



DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

*Ana Claudeise S. do Nascimento
Edila Arnaud F. Moura
Dávila S. S. Corrêa
Maria Isabel F. P. de Oliveira Martins
Hudson Cruz das Chagas*

DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

Ana Claudeise S. do Nascimento
Edila Arnaud F. Moura
Dávila S. S. Corrêa
Maria Isabel F. P. de Oliveira Martins
Hudson Cruz das Chagas

INTRODUÇÃO

A população de moradores e usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) está distribuída em localidades formadas por pequenos agrupamentos populacionais, socialmente diferenciados entre sítios e comunidades. Os “sítios” se caracterizam como núcleo de parentesco familiar único, com menor número de domicílios, geralmente, de uma a quatro casas, com organização social circunscrita às principais atividades de sobrevivência do grupo. As “comunidades” podem ter mais de um núcleo de parentesco, o número de domicílios é maior, e apresentam uma organização social mais complexa, com uma ou mais lideranças que desempenham funções relacionadas aos interesses da coletividade. É nas comunidades que se encontram as igrejas, as escolas, os centros e as associações comunitárias.

A população está distribuída em localidades de moradores, situadas dentro dos limites territoriais da RDSA, e em localidades de usuários – aquelas que, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), têm os direitos de uso assegurados como usuários tradicionais dos recursos naturais de Unidades de Conservação (UCs).

As localidades estão organizadas e agrupadas em setores, unidades geopolíticas que reúnem uma rede de outras comunidades, responsáveis pelas decisões conjuntas sobre o uso dos recursos comuns e pela gestão da UC. Os setores representam politicamente as comunidades, e seus representantes assumem a responsabilidade de mediar situações de conflitos, principalmente em relação à exploração dos recursos naturais.

As características ambientais da RDSA são predominantemente de terra firme, sendo que 65% das localidades estão situadas nesse ambiente, e as outras 35% na várzea, diferença que influencia na distribuição populacional e nas estratégias de organização da produção familiar. Neste sentido, uma das principais características sociodemográficas desta UC é a concentração de localidades no ecossistema de terra firme, onde se acomoda a maioria da população, e onde a produção econômica é menos afetada pelas alterações do nível de água dos rios, que ocorrem nos períodos de enchente, cheia, vazante e seca.

Os dados apresentados neste artigo contribuem para as análises dos processos constitutivos das unidades de conservação de uso sustentável, assim como para a compreensão das dinâmicas sociais das populações rurais do interior da floresta amazônica, tema explorado ainda de forma incipiente em suas dimensões demográficas. Nos estudos sobre UCs, são limitadas as publicações com esse nível de detalhamento, com a perspectiva longitudinal e de representatividade, principalmente pela abrangência que requer a análise social.

Nesse contexto, o estudo objetivou dar contribuições para a compreensão da dinâmica demográfica da RDSA. Os dados apresentados abrangem a totalidade de moradores e usuários da Reserva; levam em conta o crescimento populacional correspondente aos períodos de 2001/2006 e 2006/2011; a composição etária da população, a mortalidade infantil e ainda dados educacionais e sobre os deslocamentos.

Os registros sobre a dinâmica sociodemo-

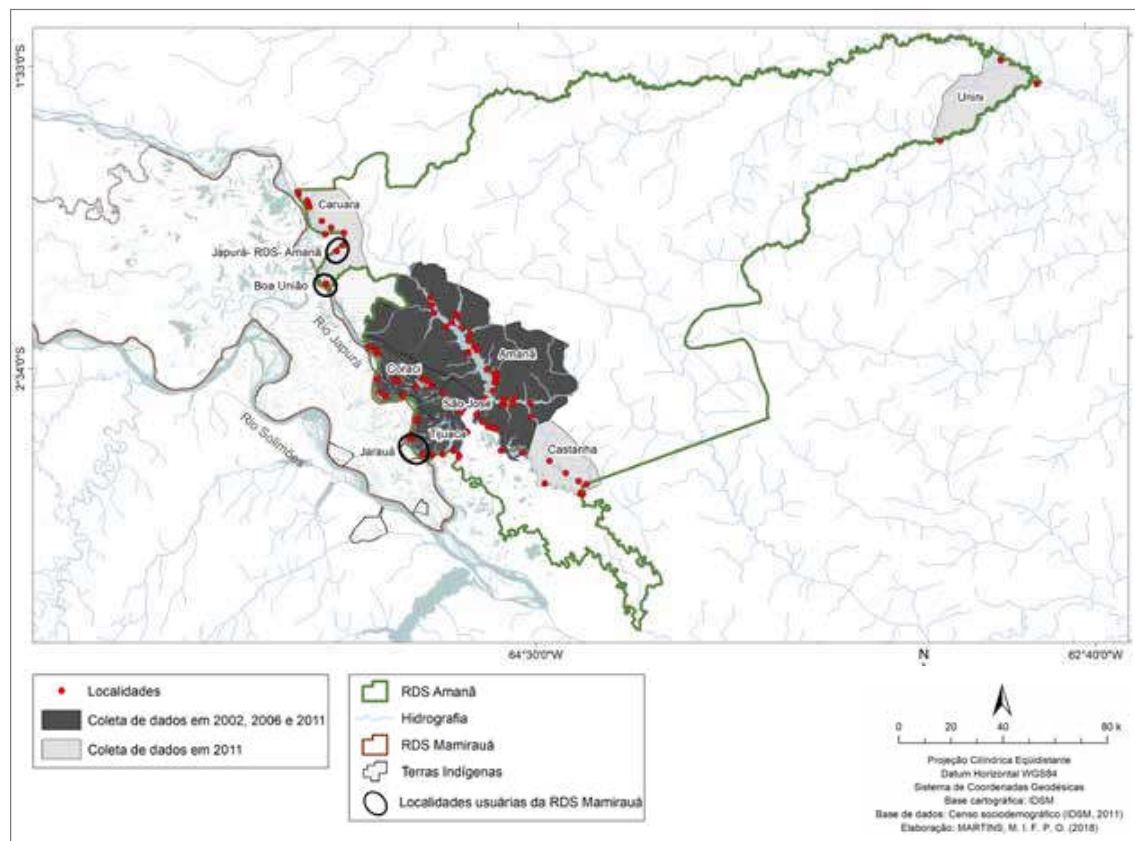
gráfica dessas populações seguiram a metodologia censitária, abrangendo o universo total de habitantes do interior e do entorno do território da RDSA, tendo como unidade de análise o domicílio e seus moradores. Nas situações em que os domicílios se encontravam vazios foi registrado somente o número de residentes, para aquele ano, conforme informações prestadas por moradores presentes na ocasião.

Esse registro integra o conjunto de levantamentos periódicos realizados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) desde 2000, mantendo uma periodicidade quinquenal. Em 2002 e em 2006 o levantamento se concentrou em cinco setores da RDSA e em um setor da RDSM, focalizando uma extensão territorial de 330.790 hectares, o que equivale a 15% da área total da RDSA e a 78% da área de todos os setores políticos, com exceção da região do Unini. Esses setores são, em termos populacionais, os maiores da área, onde também se concentraram os trabalhos de implementação da RDSA, através dos projetos de manejo dos recursos naturais e de organização comuni-

tária, e onde, por esse motivo, se concentraram também as pesquisas sociais. No ano de 2011 a coleta foi ampliada pela primeira vez para toda a extensão territorial da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (exceto a região de Unini, localizada na divisa da unidade com o Parque Nacional do Jaú).

Para efeitos metodológicos os levantamentos sociodemográficos seguiram uma divisão da Reserva em duas categorias: “área parcial” e “área total”. Por “área parcial” compreende-se a porção constituída por cinco setores político-geográficos que serviriam de parâmetro para ações do IDSM na RDSA, assim como para o levantamento sociodemográfico realizado nos anos de 2002, 2006 e 2011. Para a “área total”, correspondente a toda a extensão da RDSA, o enfoque temporal do estudo se restringiu ao ano de 2011, entretanto com uma abrangência mais ampla em termos de área representada. Deste modo, os dados são apresentados considerando-se essas duas categorias de análises, que permitem efeitos comparativos entre os períodos pesquisados (Figura 27).

Figura 27 - Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, mostrando os setores e períodos de coleta - anos de 2002, 2006 e 2011.



Fonte: IDSM, 2011
Censo sociodemográfico IDSM (2011).

Resultados e Discussões

A reorganização espacial, social e política dos povoados da região foi consolidada na década de 1980, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela igreja católica (LIMA, 1997; REIS, 2005; ALENCAR, 2007) e mantidos após a criação da UC. Esse modelo envolveu a organização social das populações em comunidades, que remete a um conjunto de moradores com relações próximas de parentesco, que compartilham um território, realizam ações conjuntas e em reciprocidade, e adotam uma forma de representação política centrada na figura do presidente local. Mesmo após a formação desses núcleos coletivos, denominadas comunidades, os sítios não deixaram de existir; algumas famílias optaram por continuar morando separadamente, embora mantendo relações sociais com as comunidades vizinhas. Em termos de organização política foi constituído um modelo de representatividade informal, com a divisão da área em setores, agrupando comunidades geograficamente

próximas e que compartilham interesses comuns e os mesmos territórios de produção (MOURA *et al.*, 2016).

Os dados apresentados na Tabela 3 são referentes à distribuição dessa população por comunidades e sítios ao longo da série histórica. Para efeitos comparativos, os dados referentes a 2002, 2006 e 2011 correspondem à área parcial, e os dados da área total da RDSA se referem somente ao ano de 2011.

Crescimento Populacional (dados comparativos entre 2002 e 2011)

No período de 2002 a 2011, a população da RDSA na área parcial variou em termos absolutos, de 2.720 para 3.544 pessoas (Figura 28). Em todos os períodos referentes ao levantamento sociodemográfico, a população de terra firme representou mais de 50% da população total, sendo 56% em 2002, e 57% em 2006 e 2011.

Tabela 3 - Distribuição da população da RDSA na área parcial e total. Anos 2002, 2006 e 2011.

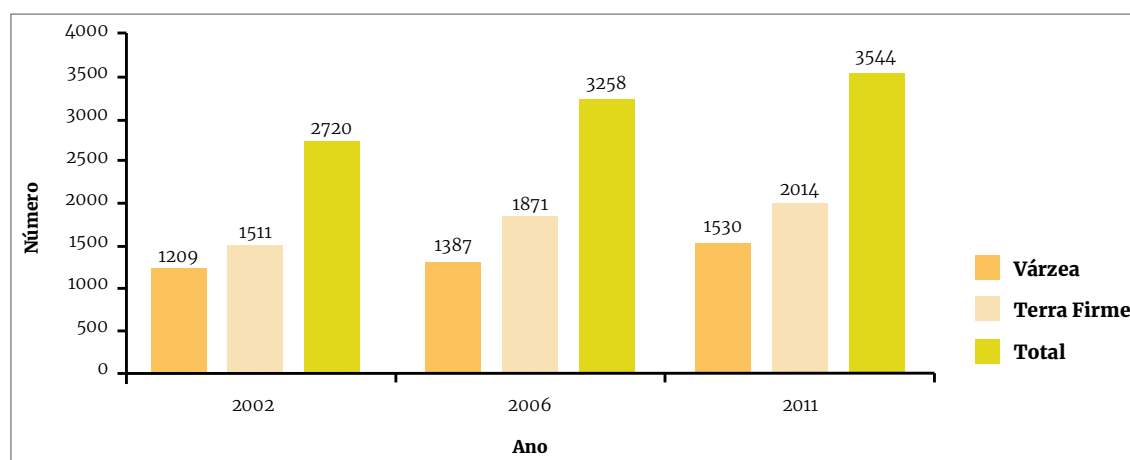
Distribuição		Área Parcial*						Área Total**	
		2002	%	2006	%	2011	%	2011	%
Localidades	N. de comunidades	34	85	43	62	49	65	57	66
	N. de sítios	6	15	26	38	26	35	29	34
	Total	40	100	69	100	75	100	86	100
N. de Casas	Em comunidades	426	98	475	92	551	93	603	93
	Em sítios	7	2	39	8	42	7	45	7
	Total	433	100	514	100	593	100	648	100
População	Em comunidades	2663	98	3015	93	3314	94	3607	93
	Em sítios	57	2	243	7	230	6	253	7
	Total	2720	100	3258	100	3544	100	3860	100

Fonte: IDSM/Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.

* Abrangência dos setores de Amanã (baixo e de cima, rio Castanho, rio Tambaqui), Coraci, São José (incluindo o rio Cubuá), Jarauá (comunidades usuárias da RDSM), Tijuaca, Boa União (exceto as Tís).

**Exceto região do Unini

Figura 28 - Distribuição da população da RDSA por localidades de várzea e terra firme - Anos 2002, 2006 e 2011.



Fonte: IDSM/ Levantamentos Sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.

Ao longo dos anos de 2002 a 2011, houve pouca variação na composição populacional dessas localidades (Tabela 4). Entre as localidades de várzea, a média de moradores se manteve muito próxima ao longo desses anos, enquanto que na terra firme houve uma diminuição em mais de 50%,

considerando-se a média da população por comunidade nos anos de 2006 e 2011, sendo o principal destino dos que saíram a cidade de Tefé. Em termos populacionais, as localidades de terra firme são mais populosas se comparadas às de várzea.

Tabela 4 - Composição populacional por ambiente de várzea e terra firme na área parcial, RDSA - Anos 2002, 2006 e 2011.

Varição da composição populacional	2002	2006	2011
Nº de localidades em várzea	24	34	30
Média de moradores por localidade	50 S* = 30	41 S = 35	51 S = 41
Nº mínimo e máximo de pessoas por localidade	3 a 111	1 a 124	4 a 163
Nº de localidades com mais de 100 moradores	1	4	4
Nº de localidades em terra firme	16	35	45
Média de moradores por localidade	94 S* = 61	53 S = 60	45 S = 57
Nº mínimo e máximo de pessoas por localidade	15 a 265	1 a 233	2 a 252
Nº de localidades com mais de 100 moradores	6	6	5

Fonte: IDSM/ Levantamentos Sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.
* Desvio padrão amostral.

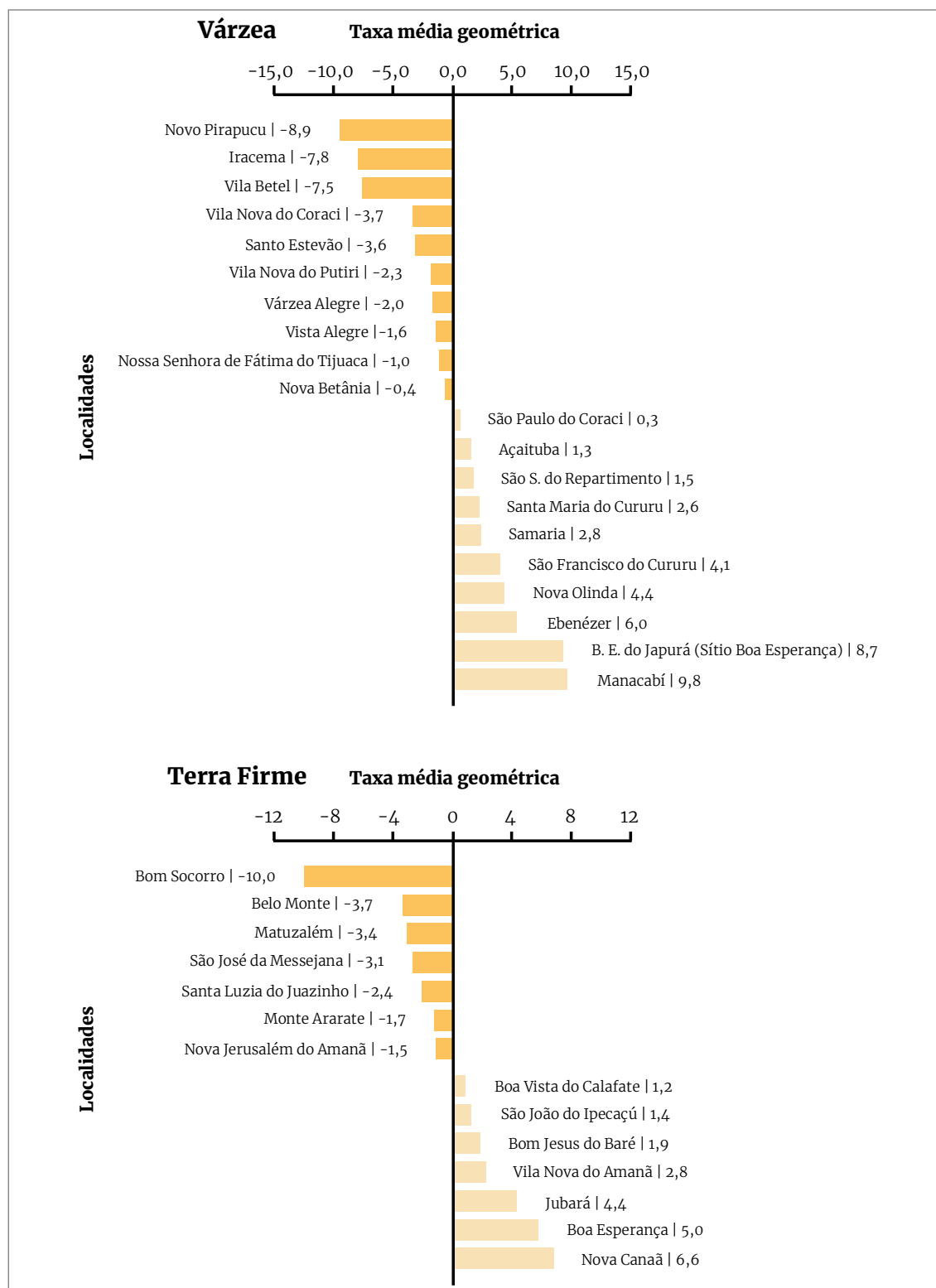




A Figura 29 apresenta a distribuição percentual das taxas médias geométricas de crescimento anual da população, referentes ao período 2002-2011, agrupadas por ambiente de várzea e de terra firme. Em ambas, observa-se que o

número de localidades com taxas positivas e taxas negativas foi equivalente. Entre as localidades de várzea, a variação foi de -8,9% a 9,8%. Para as localidades de terra firme foi de -10% a 6,6%.

Figura 29 - Taxa média geométrica de crescimento anual por localidades de terra firme e várzea - Período 2002 a 2011.



Fonte: IDSM/ Levantamentos Sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.

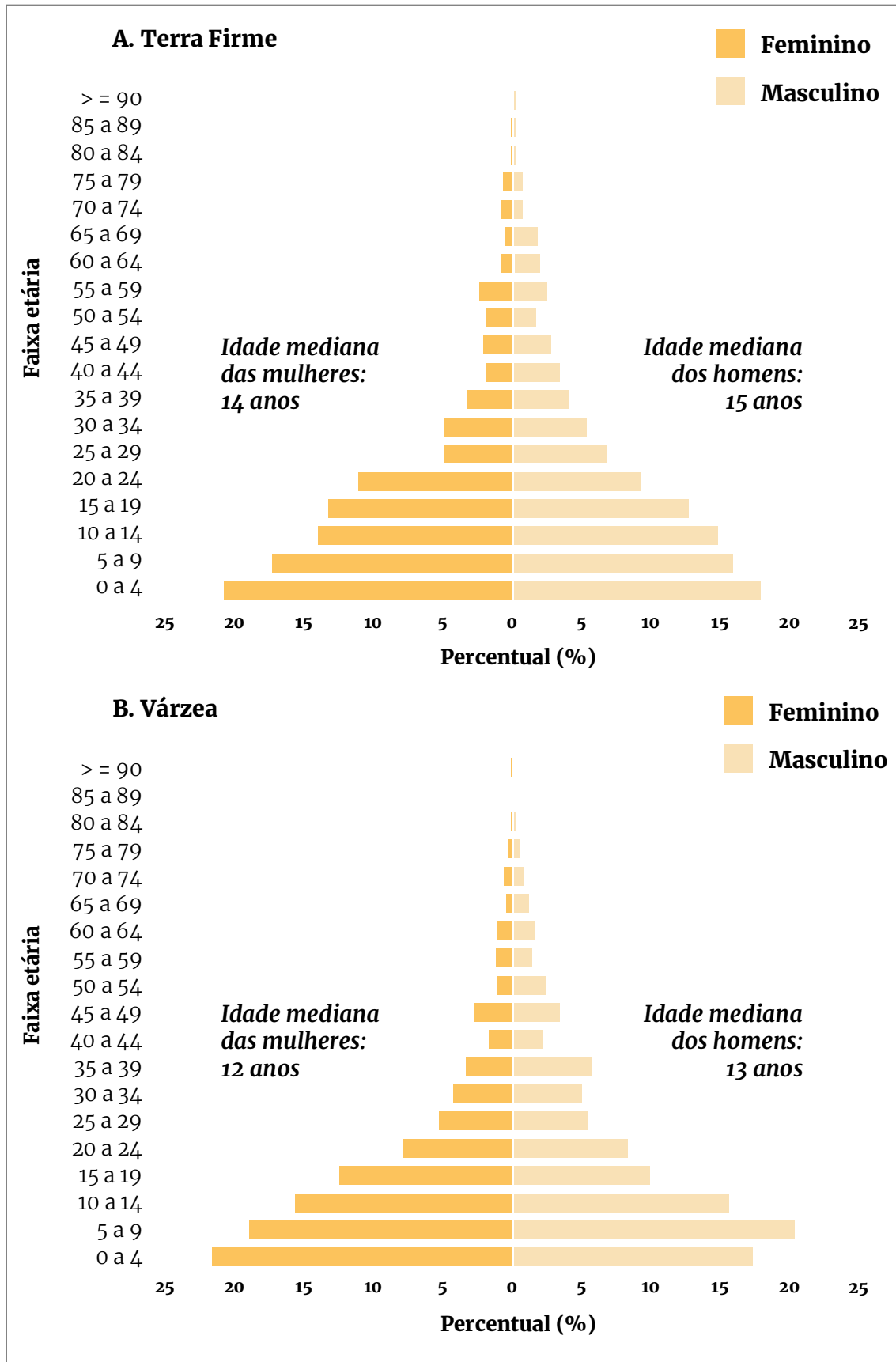
Distribuição da População por Idade e Sexo, Representada em Pirâmides Etárias

As pirâmides etárias são utilizadas para monitorar a estrutura populacional comparando-se categorias de idade e sexo. Além disso, é possível fazer análises a partir da média do tempo de vida das pessoas e a taxa de natalidade e mortalidade a partir da série histórica. A literatura sobre demografia mostra que quanto mais alta a pirâmide maior a expectativa de vida da população, coeficiente que envolve as variáveis como renda, acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, educação, entre outros. As características das pirâmides etárias variam conforme o desenvolvimento social e econômico de cada país. Os mais desenvolvidos possuem formas mais retangulares, de base mais estreita, o meio, composto por jovens e adultos, é mais largo, e o topo, composto por idosos, mais estreito que o meio e mais largo que a base.

O formato das pirâmides etárias da RDSA apresentadas nas Figuras 30, 31 e 32 possibilita identificar um recuo na faixa de 0-4 anos, entre 2002 a 2011, possivelmente resultado da redução do número de filhos ou da mortalidade infantil, que coincide com esse período. Entre 2002 e 2011, ocorreu um estreitamento nas faixas etárias de 10 a 19 anos, nas populações de terra firme e de várzea, exceto para os homens da área de várzea, categoria que apontou um crescimento. A população de 30 a 59 anos, identificada na área intermediária da pirâmide, apresentou crescimento, e a população com 60 anos e mais, encontrada no topo, apresentou diminuição, tanto entre os homens quanto entre as mulheres da terra firme. Na população de várzea ocorreu crescimento entre os homens, e entre as mulheres esse número se manteve estável. As pirâmides apresentam a base larga e o topo estreito, que são características de uma população jovem.

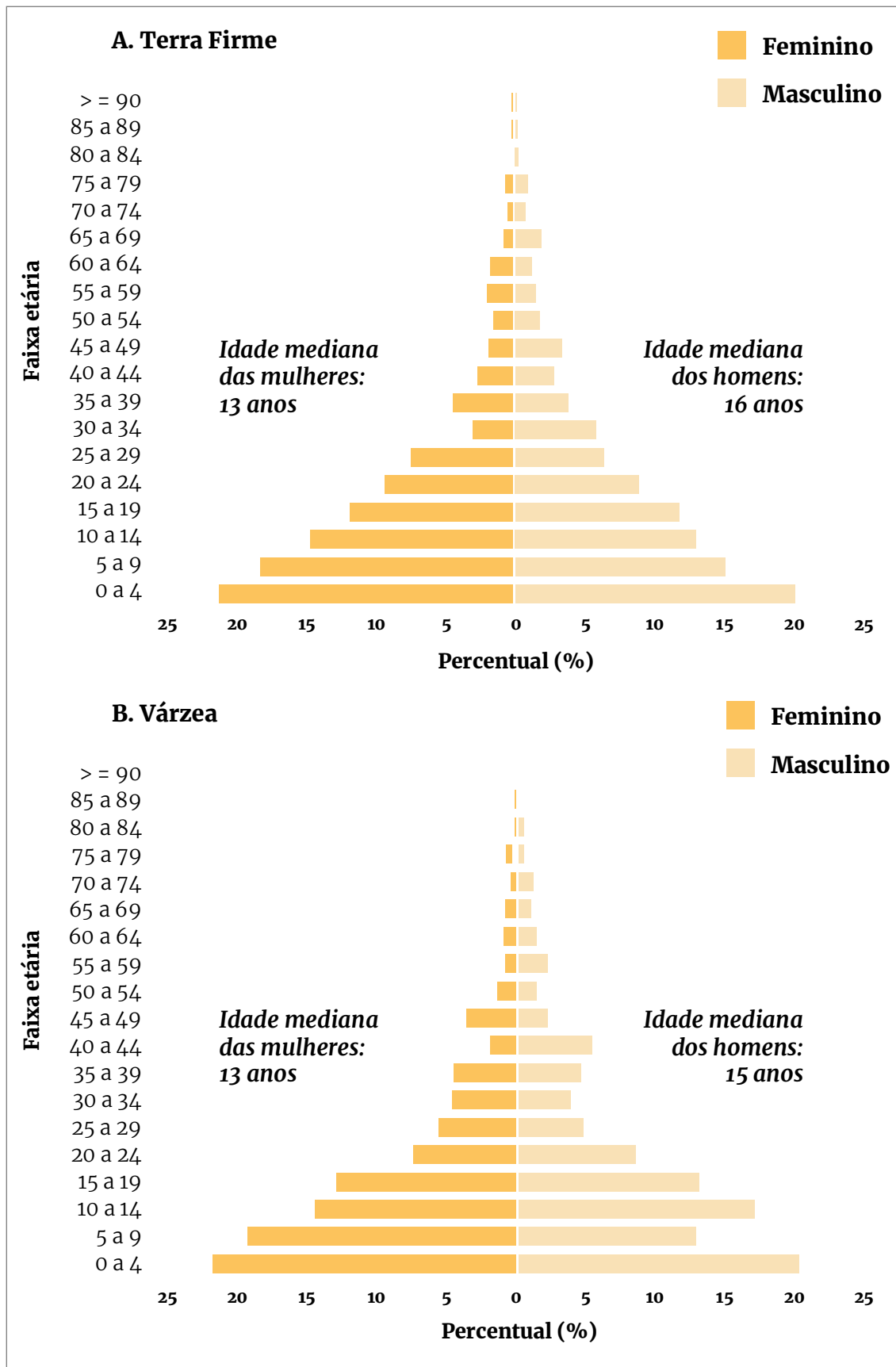


Figura 30 - Pirâmide etária da população de terra firme e várzea – Ano de 2002.



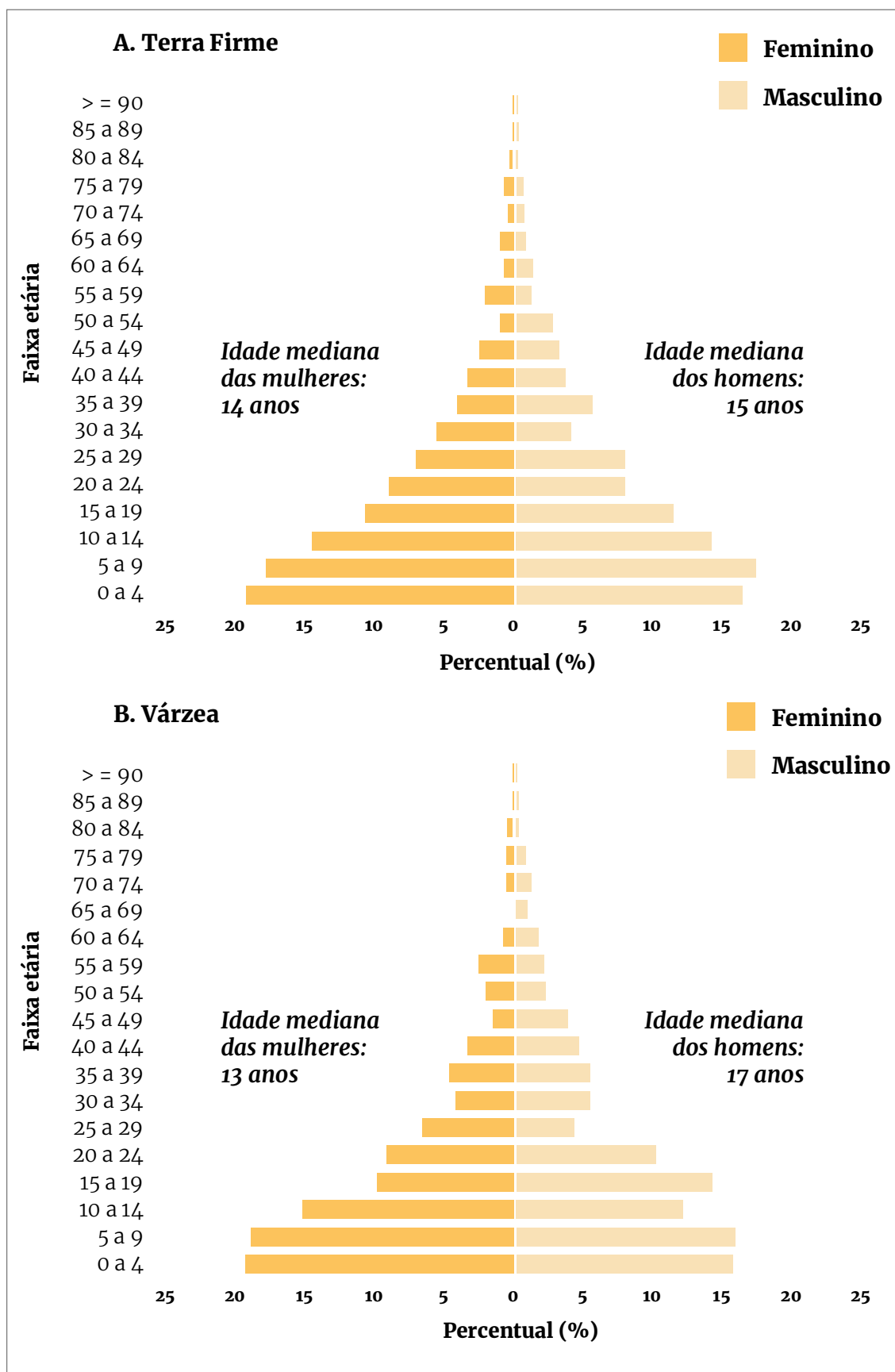
Fonte: IDSM/ Levantamentos Sociodemográficos, 2002.
 Nota: Terra firme - N= 1.474 moradores; várzea-N: 1.142 moradores.

Figura 31 - Pirâmide etária da população da terra firme e várzea – Ano de 2006.



Fonte: IDSM/ Levantamentos Sociodemográficos, 2006.
 Nota: Terra firme - N= 1.839 moradores; Várzea-N: 1.361 moradores.

Figura 32 - Pirâmide etária da população da terra firme e várzea – Ano de 2011.



Fonte: IDSM/ Levantamento sociodemográfico, 2011.
 Nota: Terra firme: 1.714 moradores; várzea: 1.321.

Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil é considerada um indicador sintético, por condensar informações relativas aos cuidados com a saúde infantil relacionadas às políticas educacionais de saúde e saneamento, uma vez que a sua redução está diretamente ligada a investimentos sociais nessas áreas. Nesse sentido, é um importante indicador das políticas sociais associadas à qualidade de vida das populações. Nos países desenvolvidos, as taxas ficam em torno de três a quatro óbitos por mil nascidos vivos, enquanto nos países em desenvolvimento os índices sobem para mais de 100. Neste sentido, a redução das altas taxas de mortalidade encontradas nesses países é uma das metas dos Objetivos do Milênio da ONU (UNDP/PNUD, 2014).

Desde 2002, os levantamentos sociodemográficos realizados pelo IDSM nas localidades da RDSA se propunham a registrar dados relativos a nascimentos e óbitos de crianças antes de completarem um ano de idade, com o objetivo de construir indicadores de mortalidade infantil dessas populações. Os dados foram obtidos por meio de depoimentos das mães, através de consultas domiciliares. As informações podem, eventualmente, apresentar problemas de subenumeração, por dificuldade de memória das informantes, como também pelo fato de que é comum as mães, muitas vezes, se referirem às crianças que falecem logo após o nascimento como filhos nascidos mortos, usando a expressão: “Já nasceu praticamente morto”.

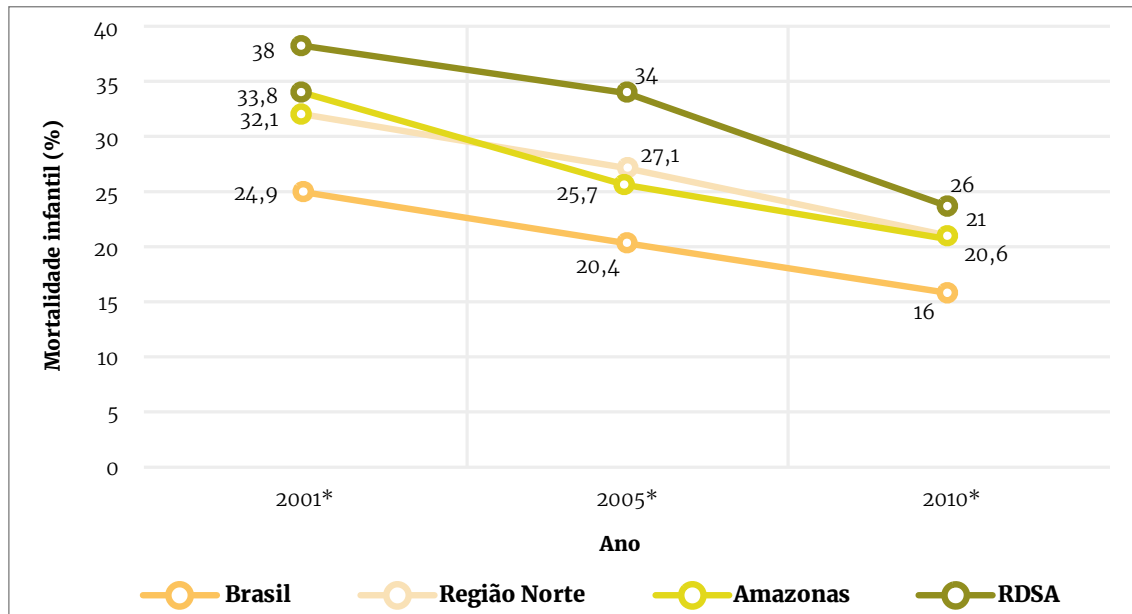
Os dados indicam uma tendência de declínio desta taxa em nível nacional, tanto no estado do Amazonas e entre as populações da RDSA. Esta redução está fortemente associada ao desenvolvimento de ações de saúde comunitária, amplamente intensificadas pelo IDSM em parceria com as secretarias de saúde dos municípios da região da RDSA desde a sua criação.

Em grande parte, essas ações consistiram em apoiar com regularidade semestral as campanhas de vacinação dos municípios, disponibilizando barcos e equipes de apoio social; em manter a parceria com o trabalho da Pastoral da Criança, em capacitar agentes comunitários de saúde; na realização de visitas domiciliares de orientação aos cuidados com a gestação materna, pré-natal e puerpério; na integração das parteiras locais nas ações de saúde pública, entre outras políticas. Entre 2002 e 2010, foram capacitadas mais de 100 parteiras, com idades entre

29 a 70 anos, estimulando suas atividades de apoio ao acompanhamento de gestantes nas comunidades e no encaminhamento para o atendimento pré-natal nos centros urbanos vizinhos.

Os dados para a totalidade da RDSA no ano de 2010, apresentados na Figura 33 a seguir, mostram uma redução nas taxas de mortalidade infantil em relação aos levantamentos demográficos realizados em anos anteriores, em 2001 a taxa era de 38/1000, reduzindo para 24/1000 em 2010. Esses dados comparativos revelam a importância das ações continuadas de saúde comunitária para a obtenção de resultados favoráveis na redução das causas sociais da mortalidade infantil, cuja taxa ainda se apresenta mais alta do que a nacional e a estadual.

Figura 33 - Gráfico comparativo da mortalidade infantil na RDSA com a Região Norte, Amazonas e Brasil – Anos de 2001, 2005 e 2010.



Fonte: IDSM/ Levantamentos sociodemográficos, 2011; 2015.
 DATASUS. Disponível: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/c01b.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2015.
 *Informações coletadas nos setores Amanã, Coraci e São José – RDSA.

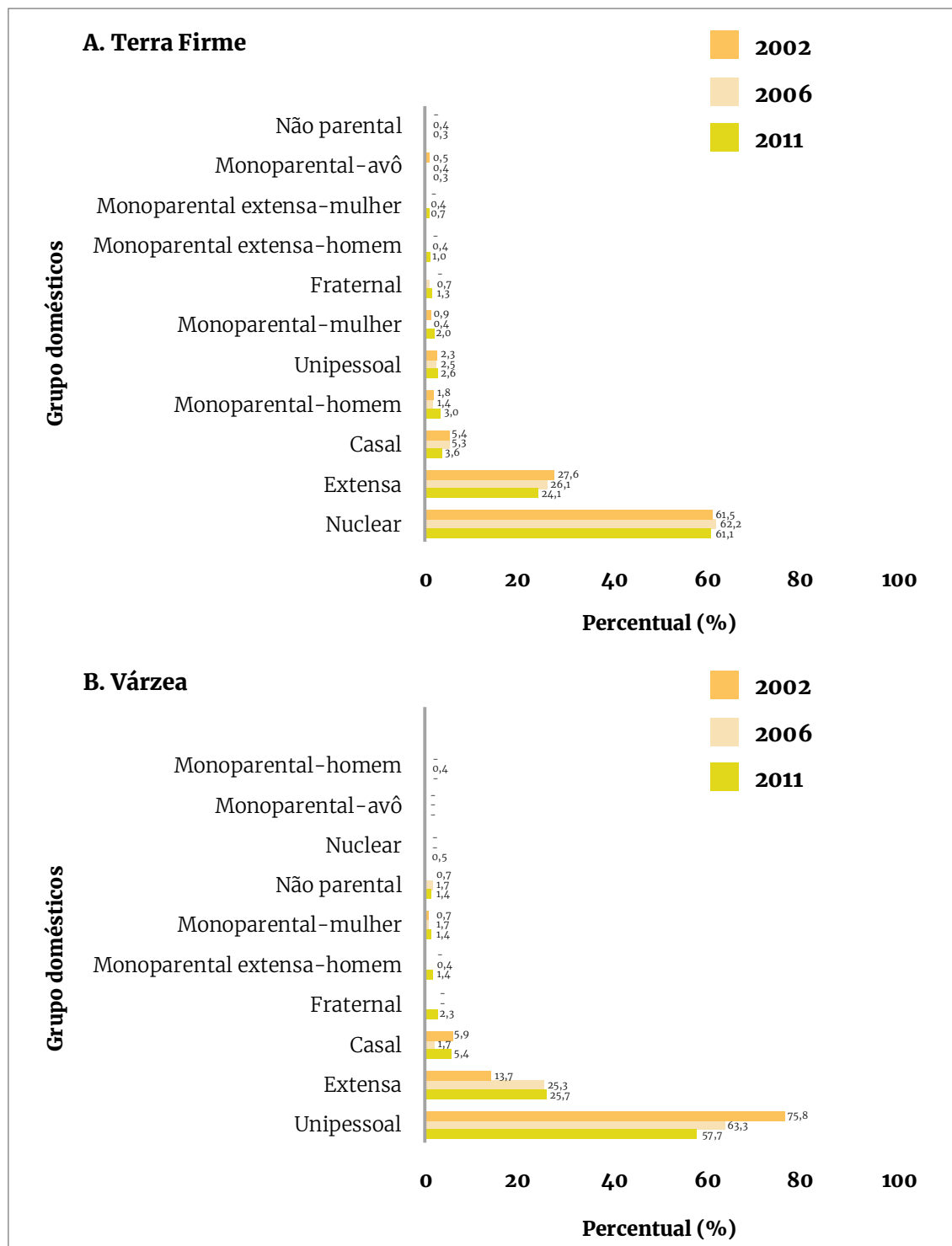
Composição dos Grupos Domésticos

O chefe do domicílio foi o indivíduo referência para estabelecer a composição familiar, considerando-se a relação de parentesco. Nos gráficos da Figura 34 estão apresentadas as diversas formas de composição dos agrupamentos domésticos da RDSA por tipo de ambiente (terra firme e várzea), para os anos de 2002, 2006 e 2011.

Ao longo dos anos de 2002, 2006 e 2011, os dados apontam que em todas as áreas predomina proporcionalmente a composição do tipo nuclear, ou seja, o grupo doméstico composto por um casal e filhos. Em seguida, aparece a composição do tipo extensa, que agrega os pais, os filhos casados com seus filhos e/ou outros parentes, podendo em um único domicílio habitar mais de três gerações, e o casal.

Os dados mostram uma redução na composição familiar do tipo nuclear de 2 p.p na várzea, e um aumento de 12 p.p na família extensa. Na terra firme, predominam os domicílios cuja chefia está a cargo somente da mulher ou somente do homem dos grupos domésticos, mostrando também situações de agrupamentos unipessoais.

Figura 34 - Distribuição percentual (%) da composição dos grupos domésticos da população da terra firme e várzea da RDSA – Anos de 2002, 2006 e 2011*.



Fonte: IDSM/ Levantamentos socioeconômicos, 2002, 2006 e 2011.
 *Amostras: 2002: terra firme N= 217; várzea N=157; para 2011: terra firme N=356; várzea N=222.

Escolaridade: população alfabetizada nos municípios de abrangência da RDSA

Os dados sobre taxas de alfabetização referentes a 2010 para as populações dos mu-

nicipios de influência da RDSA estão apresentadas na Tabela 5, evidenciando que essas taxas estão bem abaixo dos índices verificados para o Brasil e para o estado do Amazonas.

Tabela 5 – Comparativo das taxas de alfabetização para a população com 10 anos ou mais – Ano de 2010.

Localização	% em 2010
Maraã (AM)	82,9
Amazonas	90,4
Brasil	91

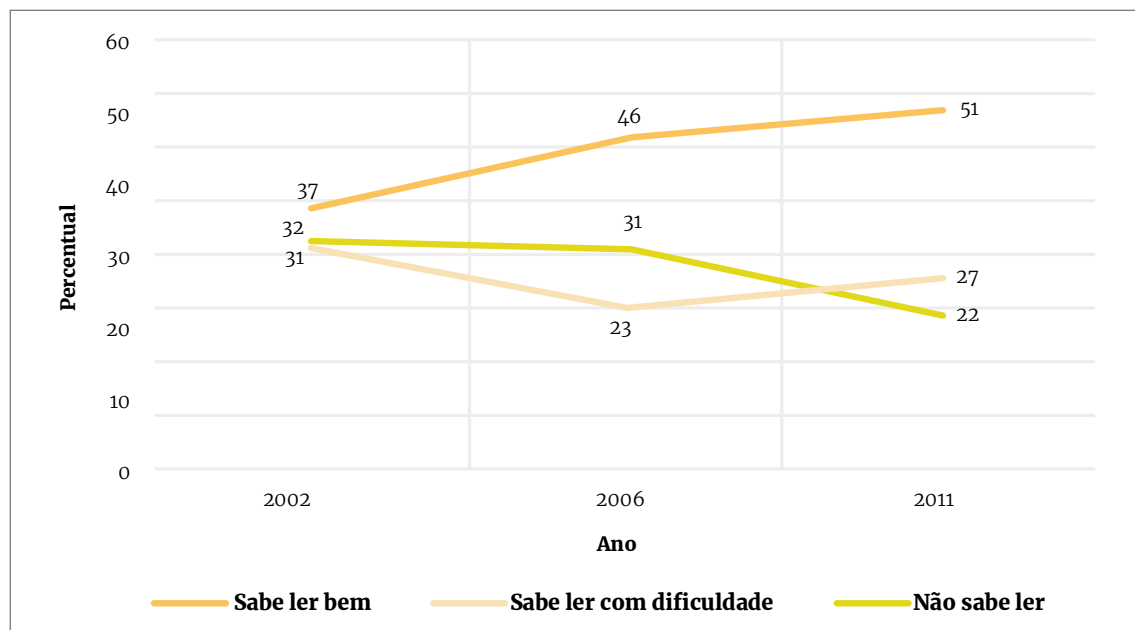
Fonte: IBGE, 2010.

O grau de alfabetização da população da RDSA, referente aos os anos de 2002, 2006 e 2011, foi mensurado com base na aplicação de um teste de leitura simples para uma amostra por conveniência de pessoas com 10 anos de idade ou mais, sendo identificadas as situações em que estas sabiam ler, liam com dificuldade ou não sabiam ler. Os dados se referem somente à capacidade manifesta de leitura, sem qualificar as condições cognitivas mais complexas de compreensão e de interpretação do texto.

O gráfico mostrado na Figura 35 apresenta a

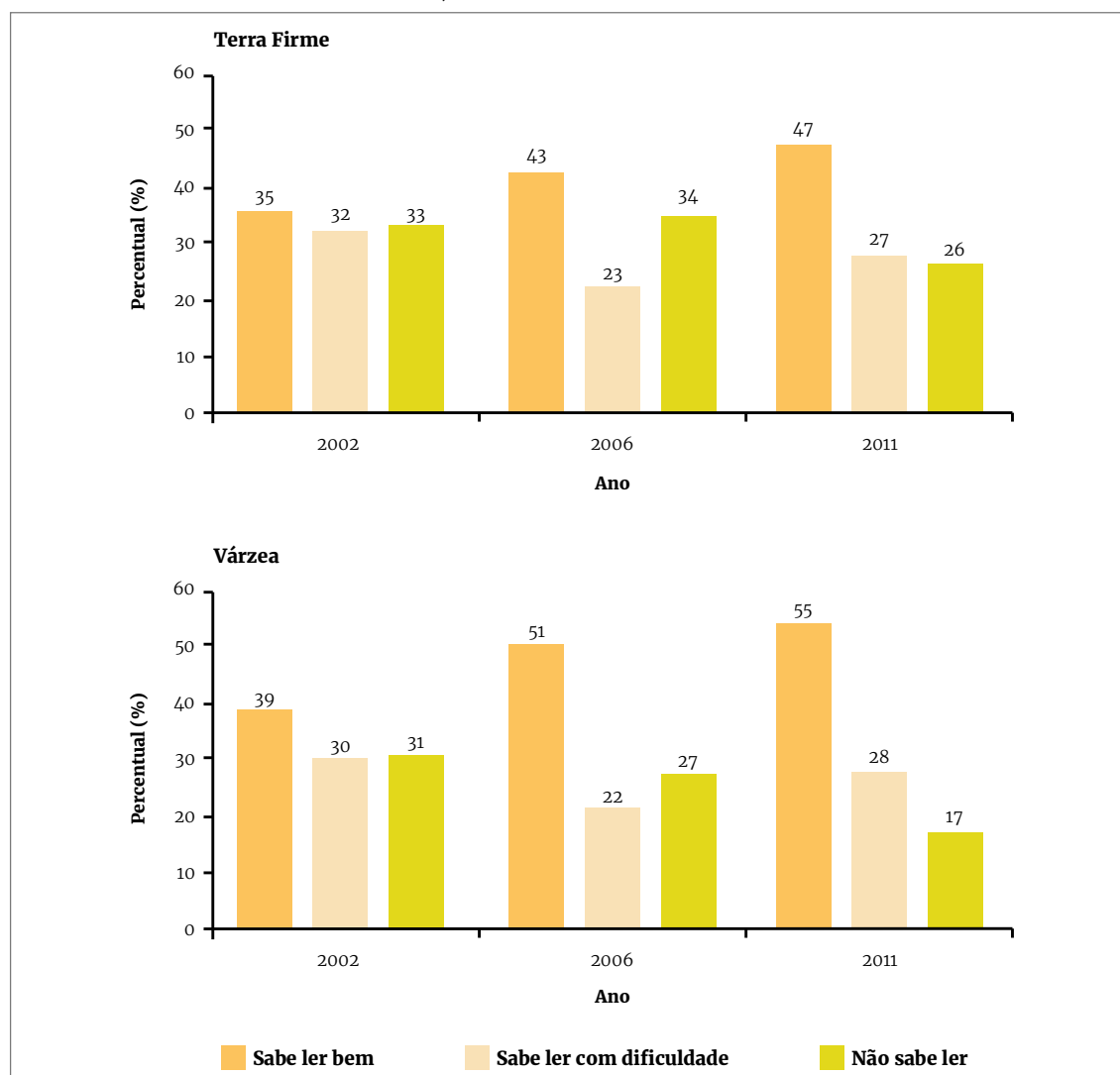
distribuição da capacidade de leitura da população, comparando a evolução ocorrida de 2002 a 2011. A categoria “sabe ler bem” aumentou 14 pontos percentuais (p.p), mostrando uma linha ascendente no período. Os números das categorias “sabe ler com dificuldade” e “não sabe ler” reduziram, respectivamente, quatro p.p e dez p.p. A população que não sabe ler diminuiu ao longo dos anos, podendo indicar a política de investimento em programas de alfabetização de jovens e adultos, realizado pelos governos estadual e federal nesse período.

Figura 35 – Distribuição percentual (%) da capacidade de leitura da população acima de 10 anos de idade - Anos 2002, 2006, 2011*.



Fonte: IDSM/ Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.
*Amostras: 2002 (N= 1.416), 2006 (N= 1.993) e 2011 (N= 1.924).

Figura 36 - Percentual dos níveis de capacidade de leitura da população acima de 10 anos na terra firme e na várzea – Anos 2002, 2006 e 2011*.



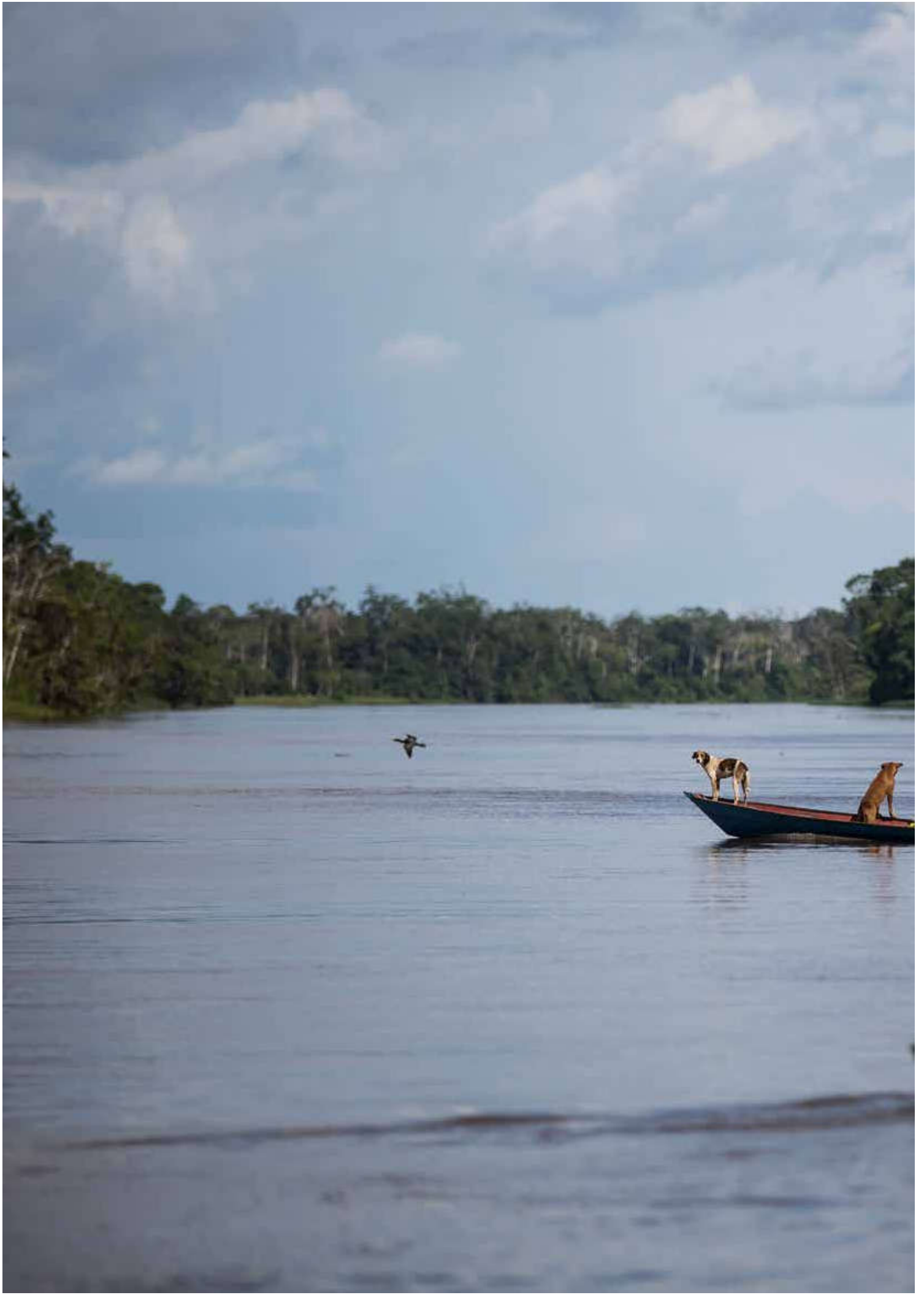
Fonte: IDSM/Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.

*Amostras: terra firme: 2002 (N= 803), 2006 (N= 1.109) e 2011 (1.140); Várzea - 2002 (N=613), 2006 (N=866) e 2011 (N=784).

O gráfico da Figura 36 apresenta a mesma distribuição, considerando-se os agrupamentos das áreas de terra firme e da várzea. Na várzea, os dados evidenciam o crescimento maior da população que sabe ler bem se comparado à terra firme. Simultaneamente, também na várzea, verifica-se a redução da proporção entre os que não sabem ler.

De acordo com a série histórica, a capacidade de leitura por faixa etária mostra que entre os jovens de 10 a 14 anos (45%) e de 15 a 29 anos (59%) ocorrem os maiores percentuais de pessoas que leem bem, e que as faixas etárias mais altas, de 30 a 49 anos (41%), 50 a 59 anos (49%) e maiores de 60 anos (62%) concentram maior percentual daqueles que não sabem ler.

Nas comunidades de terra firme, a população pertencente à faixa etária de 10 a 14 anos apresentou, para o período de 2002 e 2006, um crescimento de dois pontos percentuais (39% para 41%) entre os que sabem ler bem. No entanto, para 2011, esse número se manteve estável. A população entre 15 a 29 anos se sobressaiu pelo crescimento de 20 p.p entre os que sabem ler. A população de 60 anos ou mais, entre 2002-2011, apresentou um crescimento de cinco p.p para os que sabem ler.



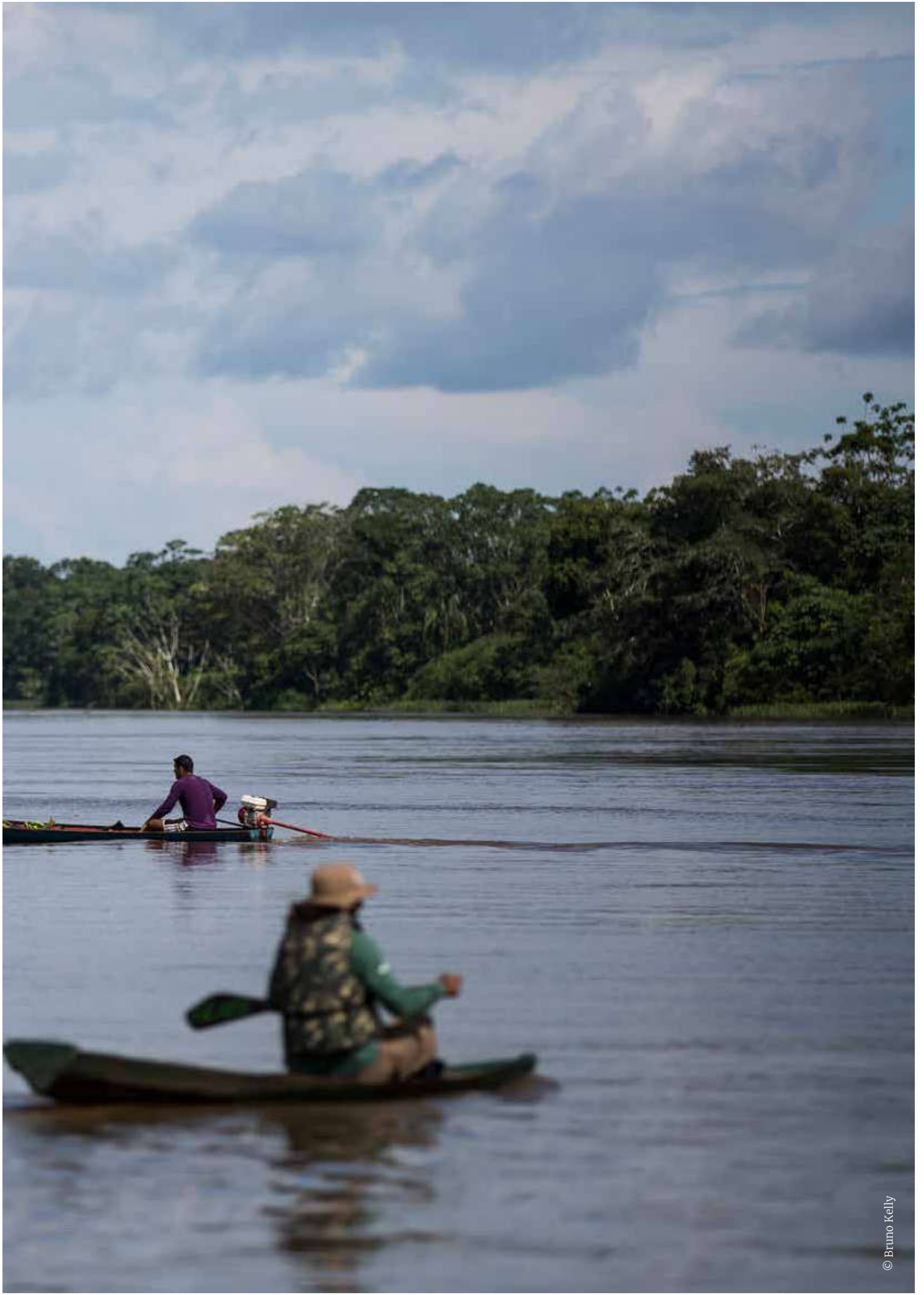
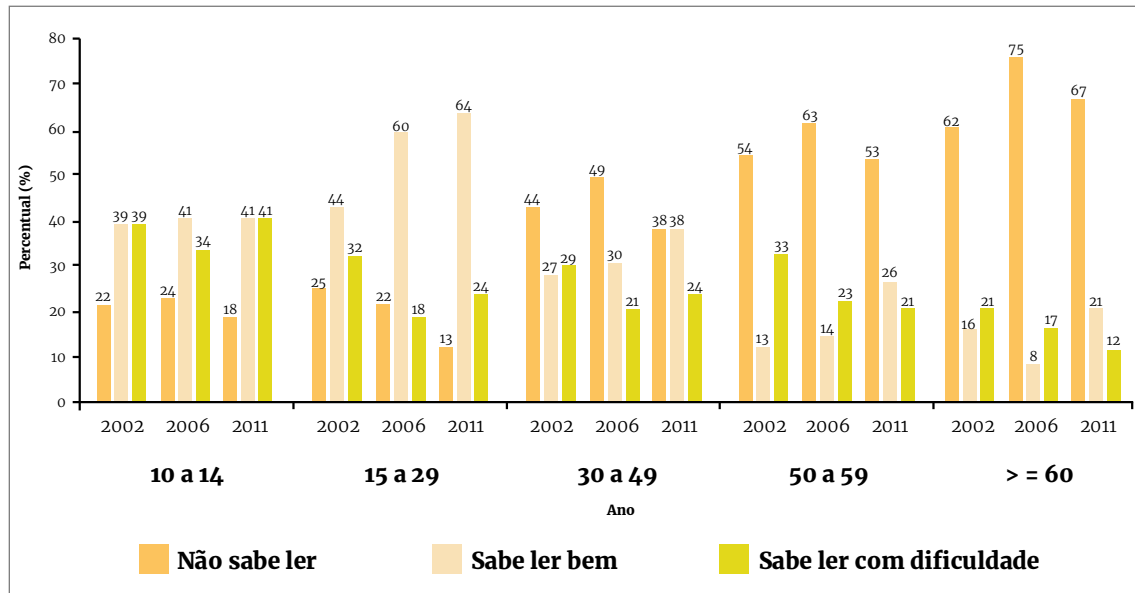


Figura 37 - Distribuição percentual dos níveis de capacidade de leitura da população da terra firme, por grupos de idade – Anos 2002, 2006 e 2011.

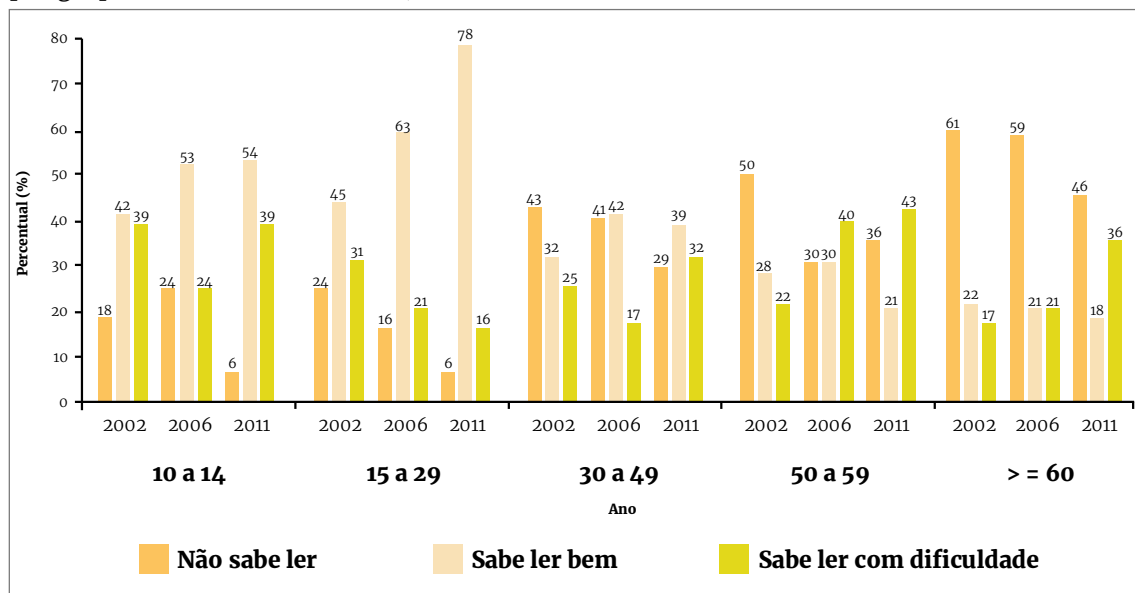


Fonte: IDSM/Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.

Na várzea houve uma redução de 12 p.p entre os que não sabem ler na faixa etária de 10 a 14 anos, e um crescimento de 12 p.p entre os que sabem ler bem. Na faixa etária de 15 a 29 anos observa-se um crescimento

de 33 p.p entre os que sabem ler bem. Para a população de 60 anos e mais houve uma redução de 15 p.p entre os que não sabem ler e um aumento de 19 p.p entre aqueles que leem com dificuldade.

Figura 38 - Distribuição percentual dos níveis de capacidade de leitura da população da várzea, por grupos de idade – Anos 2002, 2006 e 2011.



Fonte: IDSM/Levantamentos sociodemográficos 2002, 2006 e 2011.

Deslocamentos Populacionais

Os dados demográficos coletados nos anos de 2002, 2006 e 2011 registraram os fluxos de saída de indivíduos das localidades da RDSA no ano anterior à aplicação dos censos (2001, 2005 e 2010). Ao se relacionar os registros de saídas de indivíduos da Reserva com o total da população, obteve-se que, nos anos de 2001 e 2005, uma parcela de 3% dos habitantes deixou seus lugares de origem com destino às áreas urbanas ou a outras localidades rurais. No ano de 2010, as saídas de indivíduos corresponderam a 1% do total da população. A Tabela 6 apresenta a relação dos registros de saída com o total da população nos respectivos anos.

Destino das Migrações

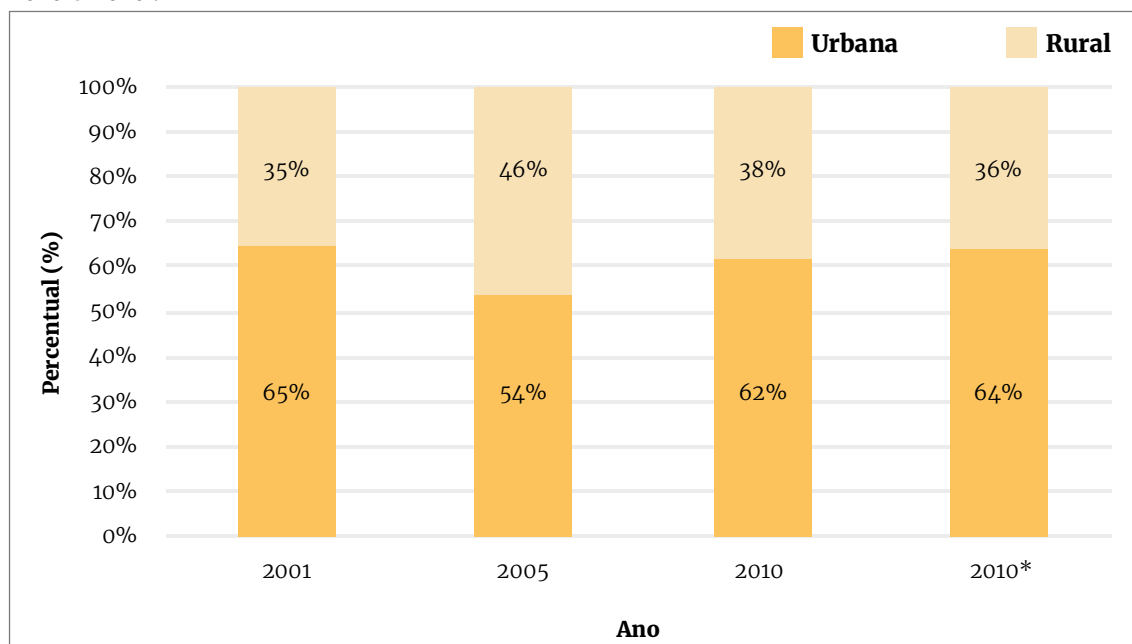
O fluxo de migração de indivíduos com destino a áreas urbanas foi registrado em proporções mais significativas que o fluxo em direção a outras localidades rurais. No ano de 2001, entre os migrantes que saíram, 65% se destinaram às áreas urbanas. Em 2005, foi observada uma pequena redução nesse fluxo, estimado em 54% dos registros. No ano de 2010, 62% (área parcial) e 64% (área total) dos fluxos migratórios ocorrerem com destino às áreas urbanas. O gráfico apresentado na Figura 39 ilustra a relação entre os destinos dos fluxos individuais nos três anos respectivos.

Tabela 6 - Migração individual com relação à população total. Anos de 2002, 2006 e 2011.

Período	2002	2006	2011	2011*
Saída (N)	91	89	45	49
População Total (N)	2.720	3.259	3.544	3.860
% saída com relação ao total	3	3	1	1

Fonte: IDSM/ Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.
*Área total, exceto região do Unini.

Figura 39 - Gráfico de relação percentual entre os destinos escolhidos. Anos¹ de 2001, 2005, 2010 e 2010* .



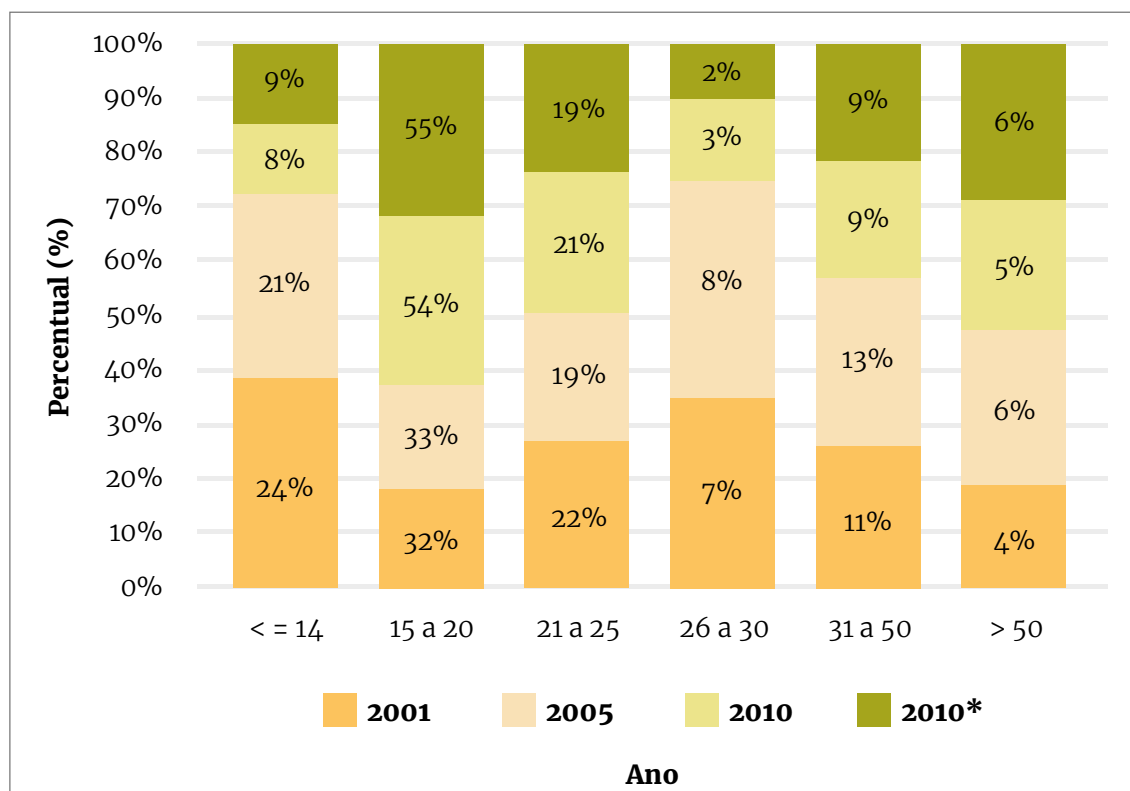
Fonte: IDSM/Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.
¹Amostra: 2001 (N=91), 2005 (N=89), 2010 (N=42) e 2010 (N=45).
*Área total, exceto região do Unini.

Os Migrantes segundo a Faixa Etária

Em um cenário geral, os indivíduos que mais saíram da RDSA nos anos de 2001, 2005 e 2010 correspondem a jovens na faixa de 14 a 20 anos. O ano de 2010 registrou os maiores índices de saída de jovens nessa faixa etária, sendo 53% oriundos da área parcial e 55% da área total. Em relação às faixas de idade dos moradores que menos saíram, verifica-

-se uma variação nos anos de 2001 e 2005 com relação ao ano de 2010. Em 2001 e em 2005, os menores registros de saída foram observados apenas na faixa etária com idade superior a 50 anos. Já em 2010, os indivíduos com menores índices de saída pertenciam à faixa etária de 26 a 30 anos e entre aqueles de mais de 50 anos. O gráfico na Figura 41 ilustra a relação de saída por faixa etária nos três anos monitorados.

Figura 41 - Distribuição percentual por faixa etária de indivíduos que saíram da RDSA - Anos de 2001, 2005, 2010 e 2010*.



Fonte: IDSM/ Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011
Amostra: 2001 (N=74); 2005 (N=72); 2010 (N=43); e 2010*(N=47).
* Área total, exceto região do Unini.

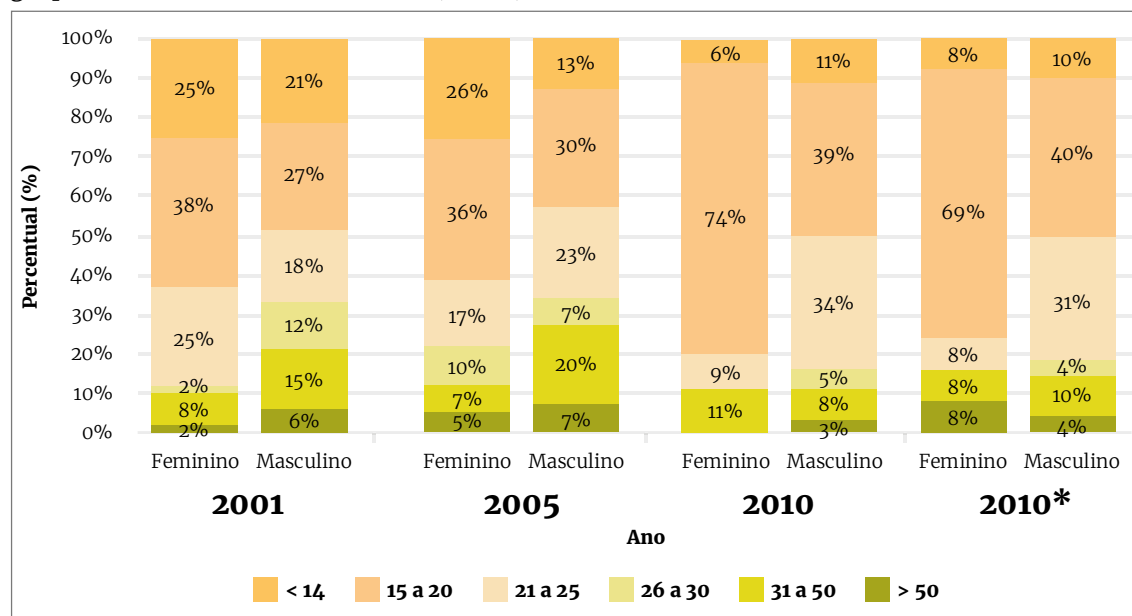
As Migrações por Grupos de Idade e Sexo

Nos anos de 2001 e 2005, as mulheres saíram das áreas da RDSA em proporções mais elevadas do que os homens, com 51% e 52% em relação ao total da amostra. No ano de 2010 (área parcial e área total) os homens migraram relativamente mais do que as mulheres, correspondendo a 53% das saídas.

Ao se agrupar, por faixa etária e sexo, as pessoas que deixaram suas localidades na RDSA,

observa-se que as mulheres migraram mais quando na faixa de 14 a 20 anos. Já os homens saíram das suas localidades de origem com idades mais avançadas, principalmente entre os 21 e 25 anos. Moura *et al.* (2016) descreveram situação semelhante na RDS Mairauá, e atribuíram que a migração de saída de mulheres em sobreposição aos homens indica uma característica patrilocal ainda prevalente, em que os homens tendem a continuar no seu território de origem, como quando ocorre um matrimônio, por exemplo (GONÇALVES, 1997) (Figura 42).

Figura 42 - Distribuição percentual dos moradores da RDSA que saíram das localidades por grupos de idade e sexo – Anos 2001, 2005, 2010 e 2010*.



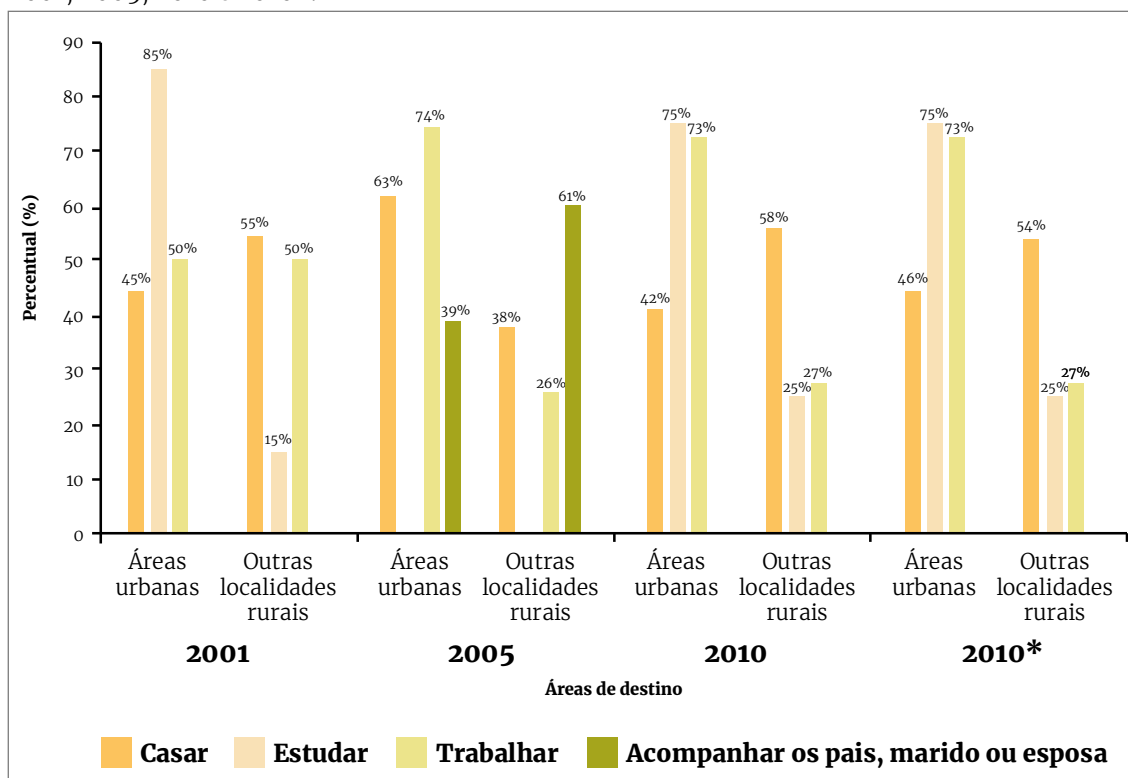
Fonte: IDSM/ Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.
Amostras: 2001 (n=73), 2005 (n=72), 2010 (n=43) e 2010 (n=47),
Área total, exceto região do Unini.

Motivos de Saída

Na Figura 43 estão agrupados os quatro principais motivos de saída dos moradores da Reserva, nos anos de 2001, 2005 e 2010, de modo relacional às suas áreas de destino. Nos anos de 2001 e 2010, as principais

razões que levaram os moradores a sair de suas localidades estão relacionadas ao casamento, estudos e trabalho, enquanto que no ano de 2005, os principais motivos associavam-se ao casamento, à busca de trabalho ou acompanhar um membro da família, pais, marido ou esposa.

Figura 43 – Distribuição dos motivos de saída dos moradores por áreas de destino. Anos de 2001, 2005, 2010 e 2010*.



Fonte: IDSM/ Levantamentos sociodemográficos, 2002, 2006 e 2011.
 Amostras: 2001 (N=62), 2005 (N= 58), 2010 (N= 27) e 2010*(N=28).
 *Área total, exceto região do Unini.

Para efeito comparativo, foram selecionadas essas categorias de análises referente aos motivos de saídas que foram comuns nos anos 2001, 2005 e 2010. Dentre a mostra analisada, nos anos de 2001 e 2010, tanto na área parcial quanto na área total, as pessoas que saíram para casar se destinaram a outras localidades rurais, correspondendo a 55%, 58% e 54% respectivamente. Em 2005, a situação se inverte, mostrando que os deslocamentos para contrair casamento tiveram como destino áreas urbanas, com 63% do total de saídas.

Os registros de saídas dos moradores com o objetivo de estudar fora da comunidade correspondem aos levantamentos efetuados nos anos de 2001 e 2010. A maioria, com destino às áreas urbanas, ocorreu no ano de 2001, perfazendo 85% do total de registros, enquanto que no ano de 2010 (área total e área parcial) esse mesmo movimento passa a representar 75% das migrações em ambas as áreas, verificando-se uma relativa redução.

Em 2001, os destinos mais procurados pelos moradores que saem da Reserva por razões de trabalho estão distribuídos de maneira

igualitária (50% para as áreas urbanas e 50% para localidades rurais). No ano de 2005, procurar emprego em áreas urbanas se sobrepõe a busca de trabalho em áreas rurais, somando 74% dos casos. No ano de 2010, essa distribuição se mantém, sendo verificadas 75% de migrações para áreas urbanas visando encontrar emprego.

O motivo ‘acompanhar os pais’, marido ou esposa, aparece entre os três mais registrados, e somente no ano de 2005 representou 61% das saídas rumo a outras localidades rurais, enquanto que as áreas urbanas representaram o destino de 39% dos moradores que saíram por esse mesmo motivo.

Os Motivos de Saída por Categoria de Sexo

Na distribuição dos principais motivos de saída dos indivíduos segundo a categoria sexo, observa-se que nos três anos consecutivos as mulheres saíram mais por motivo do casamento em relação aos homens. Essa situação se inverte quando o motivo de saída é a busca de emprego, os homens

saíram mais em relação às mulheres nos anos analisados. A educação ficou entre as principais causas de saída nos anos de 2001 e 2010, e foi apenas em 2001 que as mulheres se sobrepuseram aos homens nesse sentido, passando a representar 63% do total da amostra. Já no ano de 2010, homens e mulheres saíram para estudar em proporções semelhantes (50%). Por fim, em relação ao motivo acompanhar os pais, marido ou esposa, foram as mulheres que registraram as proporções mais elevadas, com 65% do total de migrações de saída em relação aos homens.

Conclusões

As principais dinâmicas sociodemográficas identificadas nas áreas da RDSA estudadas ao longo de nove anos são resultados, principalmente, das políticas sociais decorrentes dos processos de municipalização, que atrelam o atendimento às demandas das populações locais por escola, por infraestruturas de acesso a água e energia e outros serviços a um número mínimo de moradias estabelecidas por localidade, e à constituição de uma representação jurídica da população na forma de uma associação comunitária. Esses fatores influenciaram diretamente na organização dos grupos familiares no território da RDSA.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F. **Estudo da Ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã.** (Relatório não publicado), 2007.

GONÇALVES, M. A. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 40, nº 1, 1997.

DATASUS. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/c01b.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ (IDSM). **Plano de gestão Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.** Tefé: IDSM, 2010. 2 v.

MOURA, E.; NASCIMENTO, A. C. S.; CORREA, D. S.; ALENCAR, E.; SOUSA, I. S.; **Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: 2001- 2011.** Tefé, AM: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Belém/ IDSM/ NAEA, 2016.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC). **Lei nº 09.985, de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56 p.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP/PNUD). **The Millennium Development Gols Report.** Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/UNDP_MDGReport_EN_2014Final1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

VERÍSSIMO, Adalberto *et al.* (Org.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios.** Belém: Imazon, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: <https://loja.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10372.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014